



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS  
**Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares**

Ofº nº 6367/MAP – 21 Julho 2010

Exma. Senhora  
Secretária-Geral da  
Assembleia da República  
Conselheira Adelina Sá Carvalho

S/referência	S/comunicação de	N/referência	Data
--------------	------------------	--------------	------

**ASSUNTO: RESPOSTA À PERGUNTA N.º 2274/XI/1ª**

Encarrega-me o Ministro dos Assuntos Parlamentares de enviar cópia do ofício n.º 4063 de 19 do corrente do Gabinete do Senhor Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sobre o assunto supra mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

André Miranda

SMM



GABINETE DO MINISTRO

19. JUL. 2010 - 004063

Exmº Senhor  
Chefe do Gabinete de Sua Excelência  
o Ministro dos Assuntos Parlamentares  
Dr. André Miranda

**Assunto:** Pergunta nº 2274/XI/1ª – Do Senhor Deputado Heitor de Sousa (BE)  
– Privatização da TAP

Em resposta às perguntas subscritas pelos Sr. Deputado do BE, encarrega-me Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, depois de consultada a Secretaria de Estado das Obras Públicas e das Comunicações de remeter as seguintes respostas.

**1. Quais os estudos efectuados que permitem ao Governo sustentar a privatização da TAP?**

O Governo, por decisão conjunta do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e Ministério das Finanças e da Administração Pública, constituiu em 2009 uma Comissão para a Reestruturação Económica e Financeira da TAP, na qual também participa o Concelho de Administração Executivo da TAP. No âmbito dos trabalhos desta Comissão têm vindo a ser desenvolvidos estudos sobre a matéria em apreço.

A recapitalização do Grupo TAP é uma necessidade urgente e sem ela a empresa encontra-se numa situação fragilizada, correndo riscos de, face a uma nova crise de mercado ou de aumento dos preços dos combustíveis, a empresa ser arrastada para uma situação de ruptura financeira e de impossibilidade de, por si só, solver os seus compromissos.

Tendo em conta a situação do país e as imposições legais do direito europeias quanto ao desvirtuamento das regras da concorrência, impedindo que os Estados ajudem financeiramente as empresas de transporte aéreo, é aconselhável que a melhoria da liquidez da empresa se faça com base nos seus activos disponíveis e com base na melhoria dos resultados operacionais. Este é o caminho que tem sido seguido



**MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**  
**GABINETE DO MINISTRO**

pela TAP. Mostrando-se contudo tal ainda insuficiente, deverão ser consideradas todas as alternativas que permitam defender os interesses inalienáveis da empresa e do país em matéria de transporte aéreo e defesa dos investimentos efectuados.

**2. Qual é, concretamente, a parte da empresa que será privatizada?**

Conforme respondido anteriormente ainda não há ainda uma decisão sobre esta matéria.

**3. Irá o Ministério fornecer os estudos que sustentaram esta decisão à Assembleia da República?**

Em momento oportuno, o Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações fornecerá à Assembleia da República os estudos que sustentam a decisão que vier a ser tomada.

**4. Neste quadro, quais os prazos e condições da referida privatização?**

Não existindo ainda uma decisão sobre a matéria, não é possível indicar prazos e/ou outras condições da referida privatização.

**5. Compromete-se o Estado a garantir os postos de trabalho associados às empresas a alienar?**

Na decisão que vier a tomar, o Governo Português garantirá os direitos dos trabalhadores e os interesses inalienáveis do país através da função que a transportadora aérea de bandeira detém no desenvolvimento económico e na competitividade do país, assegurando-se para tal, o saneamento financeiro da empresa, essencial para a satisfação do desiderato acima referido.

Da mesma forma e mantendo-se em crescendo os níveis de produtividade que a empresa tem vindo a atingir, já comparáveis com os da média das congéneres europeias, e garantindo-se a competitividade no seio da concorrência, há condições para a empresa continuar, como até aqui, a oferecer excelentes oportunidades de trabalho, independentemente de quem seja o dono das acções.



**MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**  
**GABINETE DO MINISTRO**

**6. Quais os impactos esperados do ponto de vista da evolução do défice?**

Uma vez que, como se refere atrás, não há ainda uma decisão final sobre o modelo a adoptar sobre a questão da privatização da TAP, não é ainda conhecido o impacto esperado do ponto de vista da evolução do défice.

Com os melhores cumprimentos,

O CHEFE DE GABINETE,

(Manuel Farto)